

ANO I - EDIÇÃO Nº 110 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 19 de agosto de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 631/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto GUSTAVO SCHULT JÚNIOR para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Gurupi/TO, no dia 15 de setembro de 2016, Autos nº 5000006-28.2010.827.2722 e o Promotor de Justiça CALEB DE MELO FILHO, no dia 22 de setembro de 2016, Autos nº 5001696-87.2013.827.2711.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de agosto de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 633/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Nº ATA de SRP	Objeto da ATA de SRP
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	041/2016	A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, para atendimento das necessidades das Promotorias de Justiça da capital e do interior do Estado do Tocantins e da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme especificações e exigências estabelecidas nos Anexos II e III do Edital do Pregão Presencial nº 020/2016.
			A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, visando aquisições futuras, destinados

Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	042/2016 043/2016	ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 017/2016.
---	--	----------------------	--

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de agosto de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 635/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e pela Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, com respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora SILMARA LUSTOSA RIBEIRO, matrícula nº 125814, do cargo de Assessor Jurídico de Procurador de Justiça, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de agosto de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 636/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça REINALDO KOCH FILHO para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Gurupi - TO, nos dias 30 de agosto de 2016, Autos nº 0011095-60.2015.827.2722, 06 de setembro de 2016, Autos nº 0000800-61.2015.827.2722 e 13 de setembro de 2016, Autos nº 5000002-02.1984.827.2722; e Promotora de Justiça Substituta LUMA GOMIDES DE SOUZA, nos dias 20 de setembro de 2016, Autos nº 0008401-21.2015.827.2722 e 29 de setembro de 2016, Autos nº 5001195-70.2012.827.2722.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de agosto de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 021/2010 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O SR. FÁBIO PEREIRA LIMA.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR o Contrato nº 021/2010, ficando reajustado o pacto firmado em 14 de julho de 2010.

Processo nº 2010/0701/00256

CONTRATADO: FÁBIO PEREIRA LIMA.

OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Xambioá-TO.

Embasamento legal: Cláusula segunda Contrato nº 021/2010 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

Parecer jurídico: nº 068/2016.

VALOR DA LOCAÇÃO	R\$ 1.026,95
------------------	--------------

ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M/FGV)	11,65%
--	--------

VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO	R\$ 119,64
-----------------------------	------------

VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 14.07.2016	R\$ 1.146,59
--	--------------

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de agosto de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 117/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto ao setor de Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010137703201698, em 17 de agosto de 2016, por ordem do Dr. Francisco Rodrigues de Souza Filho, Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Mychella Elena Andrade de Souza, nos dias 17, 18, 24, 25 e 26/08/2016, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 01/08/2016 a 30/08/2016, assegurando o direito de usufruto dos 05 (cinco) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 18 de agosto de 2016.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J

13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 004/2016

INVESTIGANTE: 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Representação

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregulares na prestação de serviço oferecido pela Empresa Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda. junto à Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota (UTPGB), consistente em: a) oferta irregular de assistência material aos presos; b) número insuficiente de veículos destinados ao transporte de presos; c) número insuficiente de agentes de socialização; d) deficiência na iluminação externa da unidade e na sua manutenção; e) vazamentos de água; f) imperícia dos prestadores de serviços contratados pela empresa para a realização dos serviços de manutenção e reforma; falta de capacitação e qualificação técnica dos agentes de socialização; g) deficiência no manejo dos reeducandos, devido à ausência de "gaiolas" em todas as portas que dão acesso à Rua 10 dos pavilhões A, B e C da unidade; h) defeito no funcionamento do gerador de energia elétrica.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína/TO, 04/08/2016.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 049/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º, 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0120

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar eventual ilicitude e desvio de finalidade do Poder Executivo do Estado do Tocantins consubstanciado no volumoso dispêndio de verbas públicas objetivando o custeio de shows artísticos em feiras agropecuárias e temporadas de praias em diversos municípios tocaninense em detrimento de serviços públicos essenciais como saúde, educação e segurança pública.

INVESTIGADO(S): eventuais servidores do Estado do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 09 de agosto de 2016.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 050/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º, 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0127

FATO(S) EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelo investigado, tipificados nos artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92, consistente na utilização, para fins particulares, de veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza de propriedade ou à disposição da Prefeitura Municipal de Palmas, o qual se já se encontrava exonerado de cargo público do Município de Palmas.

INVESTIGADO(S): Alan Kardec Martins Barbiero e eventuais servidores do Município de Palmas.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 12 de agosto de 2016.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 051/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º, 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0125

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar eventual cometimento de ato de improbidade administrativa, tipificados nos arts. 9º, caput, XI, 10, caput, e 11, caput, I, da Lei Federal nº 8.429/92, em decorrência de eventual percepção de remuneração sem a efetiva contraprestação laboral de servidor público integrante do quadro funcional do Poder Executivo do Estado do Tocantins e cedido para a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, consubstanciado na suposta ausência regular ao local de trabalho e do consequente descumprimento da carga horária prevista em Lei.

INVESTIGADO(S): Edna Oliveira Maciel Agnolin e, eventualmente, outros servidores públicos.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 10 de agosto de 2016.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 001/2016

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 001/2016;

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO;

FUNDAMENTOS: artigo 129, III, da CRFB/88, artigo 26, I, da Lei nº 8.625/93, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o artigo 2º da Resolução nº 003/2008/CSMPTO;

ORIGEM: relatório do controle externo da atividade policial;

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas deficiências no armamento da Polícia Militar da 3ª CIPM de Colinas do Tocantins/TO;

INVESTIGADO: Polícia Militar do Estado do Tocantins;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, em 17 de agosto de 2016.

Colinas do Tocantins, 17 de julho de 2016.

CRISTINA SEUSER
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 002/2016

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 002/2016;

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO;

FUNDAMENTOS: artigo 129, III, da CRFB/88, artigo 26, I, da Lei nº 8.625/93, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o artigo 2º da Resolução nº 003/2008/CSMPTO;

ORIGEM: relatório do controle externo da atividade policial;

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas deficiências na estrutura física e de pessoal do IML de Colinas do Tocantins/TO;

INVESTIGADO: Estado do Tocantins;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, em 17 de agosto de 2016.

Colinas do Tocantins, 17 de julho de 2016.

CRISTINA SEUSER
Promotora de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORMOSO DO ARAGUAIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 006/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Procedimento Preliminar n.º 004/2005

FATO EM APURAÇÃO: uso irregular e inadequado do espaço territorial e dos recursos hídricos às margens do Rio Javaé, Município de Formoso do Araguaia-TO, em área de preservação permanente, com danos ao meio ambiente.

INVESTIGADOS: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 13 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 007/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 002/2009

FATO EM APURAÇÃO: possíveis irregularidades no procedimento de coleta de material para análises clínicas, bem como no manuseio e descarte de resíduos no Hospital Municipal de Formoso do Araguaia-TO

INVESTIGADO: Município de Formoso do Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 05 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 008/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Mata Azul, no Município de Formoso do Araguaia-TO, de propriedade do Senhor Cloves Oliveira Valadão, constatado pelo órgão ambiental no ano de 2008

INVESTIGADO: Cloves Oliveira Valadão

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 13 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a

melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 009/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Três Lagoas, no Município de Formoso do Araguaia-TO, de responsabilidade do Senhor Cidimir José Borges, constatado pelo órgão ambiental no ano de 2008

INVESTIGADO: Cidimir José Borges

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 010/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente decorrente do funcionamento, sem licença ambiental, de atividade potencialmente poluidora, consistente no projeto de agricultura irrigada por inundação e subsuperfície, no Projeto Rio Formoso, Município de Formoso do Araguaia-TO

INVESTIGADO: Misael Lieberens de Castro Dourado

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 011/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente decorrente do funcionamento, sem licença ambiental, de atividade potencialmente poluidora, consistente no projeto de agricultura irrigada por inundação e subsuperfície, no Projeto Rio Formoso, Município de Formoso do Araguaia-TO

INVESTIGADO: Qualiagros Suprimentos Agropecuários Ltda.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 012/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente decorrente do funcionamento, sem licença ambiental, de atividade potencialmente poluidora, consistente no projeto de agricultura irrigada por inundação e subsuperfície, no Projeto Rio Formoso, Município de

Formoso do Araguaia-TO

INVESTIGADO: Cooperativa Agroindustrial Rio Formoso Ltda.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 013/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente decorrente do funcionamento, sem licença ambiental, de atividade potencialmente poluidora, consistente no projeto de agricultura irrigada por inundação e subsuperfície, no Projeto Rio Formoso, Município de Formoso do Araguaia-TO

INVESTIGADO: Sebastião Simon Camelo Júnior

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 014/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Chaparral, no Município de Formoso do Araguaia-TO, de propriedade do Senhor Benvindo de Souza Neto, constatado pelo órgão ambiental no ano de 2008

INVESTIGADO: Benvindo de Souza Neto

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 015/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 001/2005

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades, negligências e omissões na prestação e execução de serviços de saúde pública no Município de Formoso do Araguaia-TO

INVESTIGADO: Município de Formoso do Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 26 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a

melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 016/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: Procedimento Preliminar n.º 005/2006

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades na contratação de serviços advocatícios e de assessoria jurídica, sem licitação, pelo Município de Formoso do Araguaia-TO, no período de 2005 a 2012, na gestão do ex-Prefeito Municipal Pedro Rezende Tavares

INVESTIGADO: Pedro Rezende Tavares

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 1º de junho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 017/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: "Procedimento Preliminar" n.º 006/05

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente em decorrência do funcionamento de lava jatos sem licença ambiental no Município de Formoso do Araguaia-TO

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 22 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 018/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: "Procedimento Preliminar" n.º 009/2006

FATO EM APURAÇÃO: recebimento de salário sem a efetiva contraprestação de serviços por parte do então servidor da Câmara Municipal de Formoso do Araguaia-TO Anísio Farias Rodrigues, no ano de 2006

INVESTIGADO: Anísio Faria Rodrigues

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 20 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 019/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: "Procedimento Preliminar" n.º 003/2009

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa decorrente do recebimento de salário sem a efetiva contraprestação de serviços por parte dos então vereadores do Município de Formoso do Araguaia-TO Ronison Parente Santos, Reginaldo Torres Duarte e

Darci Maurerri Javaé, no ano de 2008

INVESTIGADOS: Ronison Parente Santos, Reginaldo Torres Duarte e Darci Maurerri Javaé

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 1º de junho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 020/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: decisão proferida pelo TCE/TO

FATO EM APURAÇÃO: atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes dos fatos que ensejaram a emissão de parecer prévio (TCE/TO) pela rejeição das contas consolidadas do Município de Formoso do Araguaia-TO, referente ao exercício de 2006.

INVESTIGADO(S): Pedro Rezende Tavares

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 27 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 021/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: informações do FNDE e relatório de inspeção do DETRAN
FATO EM APURAÇÃO: irregularidades nos veículos utilizados para realização do transporte escolar no Município de Formoso do Araguaia-TO, com afronta ao disposto no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/97) e às normas legais atinentes à educação pública.

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 13 de maio de 2016.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br